

REVISTA DA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

SITIENTIBUS

FILOLOGIA, ESTUDOS LITERÁRIOS E CULTURA ESCRITA

ARTIGO

“TERMOS DE EXAMES” E DOCUMENTOS DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DA BAHIA: SUAS RELAÇÕES*“EXAMINATION RECORDS” AND DOCUMENTS OF PUBLIC EDUCATION IN BAHIA: THEIR RELATIONSHIPS*

CRISTINA DA SILVA CUNHA

Doutoranda e Mestra em Língua e Cultura pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Docente da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

E-mail: cunha.cris.ufba@gmail.com

CÉLIA MARQUES TELLES

Doutora em Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo (USP). Docente da UFBA/PPGLinC. Membro da ALFAL, ABRALIN, ABREM e do GELNE. E-mail: celia.marquestelles1@gmail.com

RESUMO

O artigo discute a relação entre memória, teatro e representação social na obra *Abre alas para o Major Cosme* (1975), de Jurema Penna, destacando a importância do texto teatral na preservação de trajetórias históricas marginalizadas. A pesquisa, de abordagem qualitativa, analisa como a dramaturga constrói a imagem de Major Cosme de Farias, advogado baiano reconhecido por sua atuação em defesa das populações negras e das camadas populares de Salvador. Inserida no contexto da ditadura militar, a peça evidencia as dificuldades enfrentadas pelas comunidades periféricas, especialmente no acesso a direitos básicos. Por meio da representação de personagens que simbolizam indivíduos atendidos pelo advogado, o texto teatral constrói uma memória coletiva pautada na resistência, na justiça social e na solidariedade. A análise demonstra que a obra não apenas resgata a história de Cosme de Farias, mas também atualiza sua memória ao relacioná-la com as demandas sociais do período em que foi escrita. Conclui-se que o teatro, enquanto prática cultural, atua como instrumento de valorização de sujeitos historicamente invisibilizados, contribuindo para a preservação da memória social e para a reflexão crítica sobre as desigualdades.

Palavras-chave: Jurema Penna; Major Cosme de Farias; memória; teatro; resistência.

ABSTRACT

The article discusses the relationship between memory, theater, and social representation in the play *Abre alas para o Major Cosme* (1975), written by Jurema Penna, highlighting the importance of theatrical texts in preserving marginalized historical trajectories. This qualitative study analyzes how the playwright constructs the image of Major Cosme de Farias, a lawyer from Bahia known for defending Black populations and lower social classes in Salvador. Set in the context of the military dictatorship, the play portrays the difficulties faced by peripheral communities, particularly in accessing basic rights. Through characters representing individuals assisted by the lawyer, the play builds a collective memory grounded in resistance, social justice, and solidarity. The analysis shows that the work not only recovers Cosme de Farias' history but also renews his memory by connecting it to the social demands of the time. The study concludes that theater, as a cultural practice, serves as a tool for valuing historically marginalized subjects, contributing to the preservation of social memory and to critical reflection on social inequalities.

Keywords: Jurema Penna; Major Cosme de Farias; memory; theater; resistance.



INTRODUÇÃO

Este artigo espelha a apresentação oral homônima ocorrida no XI Seminário de Estudos Filológicos – SEF em 12 de março de 2024 e tem por foco o anteprojeto de tese de doutoramento elaborado com base numa dissertação de mestrado defendida em 2021. Tal dissertação é o ponto de partida para o estudo e a edição semidiplomática de outros documentos da mesma coleção.

Para a dissertação, foram estudados os itens lexicais das atas de concursos públicos que compõem os “Termos de Exames”, os quais, descortinando aspectos da realidade educacional do século XIX, permitem formular comparações com o papel do educador no século XXI. Este artigo, inspirado no tema do XI SEF, traz algo dessas comparações, demonstrando que certas lexias se tornaram incompreensíveis para leitores de épocas posteriores, justamente por terem ocorrido mudanças na realidade educacional, o que, aos poucos, diluiu semanticamente alguma das acepções dessas lexias.

Outro aspecto considerado neste artigo é a utilização de edições semidiplomáticas de documentos históricos como parte de projetos para preparação de professores na Bahia. Por meio desses documentos, os docentes passam a conhecer a realidade pretérita do processo educacional do estado onde atuam, o que lhes permite maior contextualização da situação atual, para uma atuação mais eficiente, porque mais consciente.

O TEMA DO XI SEF E O EIXO TEMÁTICO ESCOLHIDO

“Filologia e ensino: perspectivas críticas e editoriais” foi o tema do XI SEF. O principal aspecto focalizado é a possibilidade de elaboração de edições filológicas que possam ser utilizadas pelo público escolar.

O material do Seminário convida os educadores a não se contentarem com o que é oferecido pelos livros didáticos e pelas bibliotecas escolares. Indica, também, a Filologia como apoio fundamental a essa necessária mudança do sistema educacional, por poder apresentar edições que deem aos professores um papel de protagonismo na produção de recursos didáticos.

Outra asserção do material-base do SEF é a de que os professores precisam receber preparação para procederem às mudanças possibilitadas pela Filologia.

Dentre os eixos temáticos propostos, foi escolhido este: “Filologia e Linguística Histórica”. Trata-se das interfaces entre a Filologia e o estudo histórico das línguas, convergindo para a importância do desenvolvimento de pesquisas em história da língua que redundem em produções editoriais com rigor filológico. Em função disso, decidimos conceber a articulação entre os estudos históricos da língua e os do papel do professor, com aquele servindo de ponto de partida para este.

A DISSERTAÇÃO DE ORIGEM

A dissertação que deu origem ao projeto de doutoramento tratado neste artigo foi defendida em cinco de agosto de 2021 e tem por título “Edição semidiplomática e estudos lexicais dos ‘Termos de Exames’ da instrução pública da Bahia – livro manuscrito do século XIX”. O livro “Termos de Exames” consta de 132 atas de concursos para professores públicos no estado da Bahia, ocorridos entre 1835 e 1858.

Os principais objetivos de tal trabalho são facilitar aos leitores de hoje o acesso à história da educação pública na Bahia do século XIX e acrescentar à Filologia uma pesquisa com potencial de vir a ser a base para ainda outras, nos campos da Educação, da História e da própria Filologia. Para chegar a esses objetivos, foram estudados a estrutura fixa do gênero ata e outras particularidades diplomáticas do *corpus*; os traços paleográficos dos *scriptores*; os campos léxicos (COSERIU, [1977] 1981, p. 162) presentes nos documentos; as mudanças linguísticas de certas lexias – simples, compostas ou complexas (Pottier, 1974, p. 265-267) – entre os séculos XIX e XXI, ou seja, estudos de Lexicologia. A metodologia utilizada foram levantamentos documental e lexicográfico: aquele, para verificar a mudança das realidades históricas: métodos de ensino e a denominação das regiões administrativas do estado; este, em dicionários da época e atuais, para a verificação de aspectos lexicais e mudanças linguísticas. Como resultado, foram elaboradas a edição semidiplomática do livro de atas e um glossário (Zavaglia, 2012, p. 237-239) com as lexias que perderam compreensibilidade entre os séculos XIX e XXI.

O PROFESSOR DO SÉCULO XIX, NOS “TERMOS DE EXAMES”

Depreende-se, do livro editado “Termos de Exames”, que dois métodos de ensino coexistiam no século XIX: o do ensino mútuo e o do ensino simultâneo. As duas principais diferenças entre eles eram a quantidade de alunos em cada sala de aula – mútuo, 300; simultâneo, 60 – e o fato de que somente no método do ensino simultâneo o professor lecionava ele mesmo para todos os alunos. Uma afirmação sobre o ensino mútuo chama a atenção:

Em cada classe, um dos alunos mais adiantados funcionava como monitor, também chamado decurião, com a função de **repassar** o conteúdo apreendido diretamente do professor a um grupo de **dez** alunos mais jovens, bem como de **avaliar** esses alunos na repetição dos exercícios para a **memorização** dos conteúdos (Cunha, 2021, p. 274, grifos nossos)

Os grifos nessa citação funcionam como entrelinhas para a percepção dos objetivos do processo ensino-aprendizagem naquela época. Ora, que tipo de estudante o educador forma, se exige dele apenas a memorização dos conteúdos? Se a avaliação não incentiva o estudante a refletir sobre os fatos, não dá destaque às competências

alcançadas; se as atividades de sala de aula restringem-se a “repassar o conteúdo”, em detrimento da aprendizagem de comportamentos, técnicas e estratégias, da formação de habilidades sociais de modo prático e colaborativo; se o professor não elabora atividades problematizadoras diversificadas que mobilizem respostas criativas e autorais, as quais possam gerar aprendizagem significativa e gradual, e se ele nem mesmo tem contato direto com todos os seus alunos, transferindo parte da sua responsabilidade para os chamados decuriões; então, a única conclusão possível é a de que esse sistema não forma mais do que alunos passivos, fadados a repetir a cultura de então em suas falhas e deficiências.

Outro aspecto interessante é percebido a partir da *lexia* LENTE, que, nos “Termos de Exames”, significa professor catedrático, mas, nos dicionários da época, aparece também com outra acepção: “aquele que lê”. Cruzando essas duas acepções, tem-se que o papel do professor seria ler para os estudantes. Isso se justifica pela ausência de bibliotecas e de livros disponíveis no Brasil do século XIX. É interessante notar que professores dos níveis iniciais de ensino não eram chamados lentes. Nas atas daqueles concursos públicos, somente os professores catedráticos, convocados para examinar os candidatos, mereciam tal distinção. Ler, nesse caso, era considerado algo superior, digno do máximo respeito. No entanto, essa realidade de professores lendo para alunos reforça a ideia trazida pelo conceito do “ensino mútuo”: que aluno se forma, assim? Um aluno passivo, que deve retornar, nas avaliações, exatamente aquilo que lhe foi transmitido pela leitura. Na próxima seção, deixaremos mais claro que, na comparação com os dias atuais, ler não perdeu *status*, mas deixou de ser privilégio docente e, como estratégia de ensino, não forma seres humanos autônomos e criativos, qualidades mais do que exigidas nos tempos atuais.

O QUE SE ESPERA DO PROFESSOR DO SÉCULO XXI

No século XXI, com as facilidades trazidas pela internet, o papel do professor muda bastante: já não faz sentido que ele leia para o estudante, uma vez que a rede citada disponibiliza inúmeros textos das diversas áreas científicas. Mas não se trata somente da disponibilidade de leituras: os tempos atuais são de reflexões sobre preconceitos, crise climática, feminicídios e tantos outros importantes temas que envolvem o comportamento social. Não adianta, para a mudança de hábitos sociais, que o professor simplesmente repasse conteúdos, sem levar os estudantes às reflexões que farão deles seres humanos melhores, engajados com suas comunidades e com sua realidade.

É perceptível o avanço conceitual do sistema de ensino-aprendizagem nesses dois séculos. Assim também os estudos filológicos progrediram: no momento atual, as edições filológicas contam com inúmeros recursos informáticos que, se antes eram vistos como malefícios, hoje são considerados avanços, vantajosos inclusive para a Paleografia (Telles; Lose, 2017, p. 284). Com isso, a Filologia oferece a possibilidade

de o professor, a partir da recuperação de textos originais e dos esforços editoriais, criar seu próprio material didático, para formar estudantes mais capazes de analisar fatos e de perceber sua realidade histórica e política.

Em outras palavras: espera-se, do professor do século XXI, que seja ativo e forme alunos ativos; que tenha consciência das estratégias que usa e de suas consequências na formação dos estudantes; que seja criativo nas atividades propostas e que parta de edições filológicas produtoras de questionamentos sobre os textos apresentados pelos livros didáticos tradicionais.

A PREPARAÇÃO DESSE PROFESSOR

Para que o professor atual atinja o nível que dele se espera, a saber, o de preparar seus alunos para o enfrentamento de uma complexa realidade social, é preciso que, ainda antes, o próprio professor se prepare: ele precisa acompanhar a evolução da realidade e transformar seus atos pedagógicos. Nesse aspecto, também, a Filologia pode prestar assistência. Assim como as edições filológicas podem ser estudadas pelos professores para a posterior escolha daquelas que deverão compor seu material didático próprio, também pode, o filólogo, prover esses docentes de edições que lhes permitam ampliar a consciência sobre a realidade educacional de tempos anteriores à sua atuação. Afinal, a consciência da realidade histórica do processo educacional na Bahia contribui com o fundamento aos professores baianos para suas próprias transformações. É justamente essa a intenção do projeto de doutoramento de que trataremos na próxima seção.

Edições semidiplomáticas dos documentos da coleção Instrução Pública da Bahia deverão servir de base a projetos de preparação de professores, vez que esses projetos carecem de considerar a realidade histórica do processo educacional. O objetivo do estudo desses documentos notariais é descortinar como funcionava, em parte do séc. XIX, o sistema da educação pública estadual, qual era a organização do poder, quais pessoas tinham grande influência sobre os acontecimentos da área educacional, que locais eram privilegiados em detrimento de outros.

O principal pressuposto teórico para as edições é o de que as línguas mudam: sem ações filológicas, ocorreriam duas diferentes consequências negativas para a memória e a utilização dos textos pretéritos: eles permaneceriam indecifráveis; seus suportes sofreriam deterioração física. Com as edições, elucidam-se tanto as transformações linguísticas quanto as sociais, além de permitir-se o conhecimento de textos que, não sendo editados, perderiam sua possibilidade de utilizações futuras.

O TIPO ESCOLHIDO PARA AS EDIÇÕES

Falou-se em edições semidiplomáticas: por que esse tipo de edição foi o escolhido? Por tratar-se de documentos

notariais. É importante estudar as diversas possibilidades para que se possa tomar a melhor decisão sobre como apresentar textos pretéritos.

Não existe apenas um tipo de edição, o que implica a necessidade de estabelecer um objetivo ligado ao público a que se destina tal leitura. Segundo Lose (2017, p. 71):

Trabalhar com documentos históricos é um privilégio para poucos. Documentos que permanecem fora do alcance dos olhos e das mãos da maioria das pessoas por décadas ou séculos são objeto de curiosidade e podem preencher lacunas da história e mudar a forma como vemos determinados fatos.

Ressaltando que a “memória em papel, geralmente, se encontra em locais de acesso restrito como instituições religiosas (prioritariamente nos dois primeiros séculos [da história do Brasil], instituições da administração pública ou militares”, Lose (2017, p. 72) reconhece o valor da publicação de edições desses documentos que os tornem visíveis ao máximo possível de pesquisadores. Daí se depreende que um dos públicos mais interessados nessas publicações são os estudiosos dos diversos aspectos históricos contidos nesses textos, para que possam dar seguimento a inúmeros tipos de pesquisa e análise, inclusive os de mudanças linguísticas, de sócio-onomástica ou de sociologia dos textos.

Assim, deve analisar-se o nível de mediação dos variados tipos de edição, para escolher o tipo mais adequado tanto ao tipo de texto quanto ao interesse de seu público-alvo. Lose (2017, p. 74-76) esclarece que há edições com baixo nível de mediação, como as facsimilares e anastáticas, em que o editor produz imagens do documento e elabora comentários e análises complementares. Ainda com nível baixo de mediação, tem-se a edição paleográfica, cópia o mais fiel possível do original, preservando até mesmo caracteres caligráficos que demandariam fontes especiais na digitação. Estes tipos de edição não contemplam a necessidade de futuros pesquisadores de outros aspectos que não os paleográficos, pois o texto editado não fica compreensível para quem, por exemplo, não conhece técnicas de leitura de manuscritos antigos, ou ainda os possíveis caracteres especiais, que na atualidade já não são utilizados.

Seria, então, necessário um nível de mediação bem alto, em que o editor intervém largamente, podendo atualizar a ortografia, suprimir partes da obra original, adaptando níveis sintáticos, lexicais e de conteúdo? Tanta intervenção poderia ser importante para estudantes de nível médio, que nem mesmo se acostumaram à ideia de que as línguas mudam com o tempo, mas esse tipo de edição ainda não seria a melhor escolha para servir a outros pesquisadores, cujos estudos alcançam maior profundidade. Ademais, não seria um tipo de edição adequado a textos notariais, que carecem de precisão no tocante aos fatos relatados.

Analisem-se, portanto, as edições que trazem intervenções menos radicais: as diplomáticas e semidiplomáticas. A diferença entre elas está em que as diplomáticas conservam

as abreviaturas constantes no texto original, enquanto as semidiplomáticas desenvolvem tais abreviaturas, “marcando, no entanto, sua intervenção através de algum destaque gráfico (itálico, parênteses, negrito ou sublinhado)” (Lose, 2017, p. 75). Lembrando que desenvolver uma abreviatura significa acrescentar à palavra as letras que foram elipsadas, conclui-se que a edição semidiplomática facilita o processo de compreensão por parte dos leitores, principalmente porque a dificuldade advém de não se tratar de um processo simples: é preciso procurar elementos que ajudem a decifrar cada abreviatura, tanto dentro do texto quanto fora, no contexto sócio-histórico-cultural da época. Só assim se consegue reconstruir cada palavra abreviada.

Deduz-se que a edição semidiplomática se apresenta como uma oportunidade de o editor conseguir, ao mesmo tempo, dois resultados: a primeira, de contribuir, com suas análises advindas de seu aprofundamento no contexto histórico e com seu cuidado no desenvolvimento das abreviaturas, para que futuros pesquisadores compreendam mais facilmente o texto editado; a segunda, de prover os leitores das certezas e da precisão necessárias para servirem de base a novos estudos científicos, através da manutenção de aspectos linguísticos do texto de forma conservadora.

O CAMINHO PARA A TESE

Tem-se, como base para novos estudos, o livro “Termos de Exames”, já editado, e outros textos, ainda não editados, entre os 439 constantes do “Catálogo da Instrução Pública da Bahia”, organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura – PPGLinC – da Universidade Federal da Bahia – UFBA. A iniciativa de editar mais algumas dezenas desses documentos certamente agregará valor ao empenho continuado que já se despendeu no sentido de revelar os mistérios escondidos nesses documentos e de desvendar aspectos importantes do sistema educacional da Bahia nos primórdios de sua instrução pública.

Tratando-se de pesquisa documental e bibliográfica, a metodologia perpassará a transcrição e a edição semidiplomática dos documentos, para, em seguida, proceder-se aos estudos das seguintes áreas: Paleografia, Lexicologia, Diplomática, Linguística Histórica, Sócio-Onomástica, Toponímica, Sociologia dos Textos.

É a Paleografia, com suas técnicas de decifração de manuscritos, que permite, por exemplo, a leitura de certos caracteres especiais, os quais, na atualidade, já não são utilizados. Pelos estudos paleográficos se consegue, também, determinar, por exemplo, se dois textos foram escritos pelo mesmo *scriptor* ou não.

A Lexicologia, sendo o estudo do léxico, constitui-se como o próprio caminho a ser percorrido, já que são as lexias encontradas que guiam o pesquisador nos seus estudos: ele não tem como saber a que conclusões vai chegar, sem observar cuidadosamente a via lexical dos textos a serem editados.

Em função de, certamente, serem encontradas nos textos a editar lexias com significados díspares diacronicamente em relação ao uso atual, tomaremos por base o conceito de Coseriu (1979, p. 41), que considera a linguagem como a transcendência de cada ser humano, ou seja: a língua é um fato social que, apesar de transcender o indivíduo em sua particularidade, não é exterior a esse indivíduo, mas precisamente a manifestação dessa transcendência. Ora, a língua é um fenômeno social, sendo por meio dela que o indivíduo “adquire a cultura do meio em que vive” (Orsi, 2012, p. 163). A Lexicologia é a ciência de que nos valem para as descrições semânticas, com a finalidade de proceder ao exame do léxico, que “nos permite conhecer a história, os costumes e os hábitos de um povo” (Orsi, 2012, p. 167); como resultado do estudo lexicológico, é possível elaborar um glossário elucidativo das lexias díspares em relação a significados atuais. Em função disso, é necessário o aprofundamento também em Lexicografia, como se vê a seguir.

A arbitrariedade dos lexicógrafos, terminólogos e terminógrafos quanto aos procedimentos para a elaboração de glossários é tratada com propriedade por Zavaglia (2012). A autora afirma que “há glossários que inserem informações gramaticais” e outros “cujo resultado final é totalmente diferente [...]” (Zavaglia, 2012, p. 237). Após contrastar os conceitos de glossário, vocabulário e dicionário, Zavaglia define

[...] glossário como sendo uma lista de palavras que serve para explicar ou explicitar o significado de outras palavras, cuja significação é de difícil compreensão, quando localizado ao final de um texto ou livro, figurando como apêndice, em uma ou mais línguas” (Zavaglia, 2012, p. 237).

De toda forma, a autora acrescenta outra característica para glossário, aceitando

[...] como sendo um glossário também aquela obra lexicográfica que contém uma lista de palavras, com seu significado que pertence a uma determinada área técnico-científica, como da física, da medicina, da biologia, da psicologia, da meliponicultura, etc. (Zavaglia, 2012, p. 237).

Mesmo que o fascínio dos seres humanos se incline para a etimologia das palavras, o glossário deve respeitar a máxima de que a pesquisa em Linguística Histórica procura “descobrir, a partir de pequenas pistas remanescentes, fatos do passado” (Massini-Cagliari, 2012, p. 268), o que nos leva a partir em busca não só da análise dos documentos editados, mas também da contextualização histórica sobre a época em questão.

Também para o estudo sócio-onomástico, escolhe-se a metodologia mais adequada à citada máxima de Massini-Cagliari (2012). Segundo Frai (2016):

Existem diferentes formas de pesquisar os antropônimos: a primeira forma é pelo *étimo*, origem

do nome; a segunda analisa os antropônimos com o objetivo de estudar a sua relação com a sociedade que o utiliza. Considerando as diferentes formas de pesquisar os nomes próprios de pessoas, observam-se também diferentes métodos de se fazer a pesquisa (Fraí, 2016, p. 91).

A segunda forma citada pela autora se coaduna mais estreitamente com o objetivo assumido para o glossário e para o escopo geral deste trabalho: a relação dos antropônimos com a sociedade baiana do séc. XIX, no âmbito da Educação pública.

Outro aspecto a ser considerado em textos notariais é sua análise do ponto de vista da Diplomática. A estrutura documental tem por base o conceito de documento e suas funções primária e secundária. A conceituação clássica, trazida por Bellotto (2005, p.35), é a de que “documento é qualquer elemento gráfico, iconográfico, plástico ou fônico pelo qual o homem se expressa”. Os documentos ou arquivos, segundo Bellotto (2014, p. 133), surgiram da necessidade de preservação de testemunhos, no que diz respeito às relações entre governantes e governados, ou ainda entre os membros da sociedade e seus pares, de modo a guardar as informações consideradas oficiais e proporcionar seu conhecimento. Esses objetivos configuram, então, sua função primária. Porém, essa função primária tem duração cronológica que logo se extingue; e dá lugar à secundária, que seria sua serventia à pesquisa histórica. Tal pesquisa vale-se não só de documentos, mas também de outros dados da realidade da mesma época. Bellotto (2014) segue, lembrando que

[...] a sociedade faz dos arquivos públicos usos multifacetados, valendo-se dos seus documentos como registros fidedignos, necessários à vida civil, pessoal e profissional de seus integrantes, assim como lhe permitindo melhor compreender a identidade cultural de sua comunidade e a evolução da sua história, e o desenvolvimento das relações entre o cidadão e o Estado. (Bellotto, 2014, p. 133).

A Coleção “Instrução Pública da Bahia” expressa a memória coletiva no que tange ao sistema educacional público de 1827 a 1916. É importante confirmar esses documentos como provas da existência de certas formalidades, do tratamento dado a autoridades ocupantes de certas funções, do *modus operandi* estatal da fase pós-pombalina, ou, até mesmo, de algum protecionismo a pessoas e localidades, dentre outras revelações possíveis no contexto da instrução pública desse período.

O trabalho já empreendido de descrição dos documentos dá conta de que, na Coleção “Instrução Pública da Bahia”, estão contidos diversos tipos de documentos, entre eles abaixo-assinados, ações, acordos, alvarás, atas, autos, autuações, cartas, certidões, conciliações, contestações, contratos, declarações, despachos, editais, embargos, emolumentos, escrituras, inquéritos, intimações, justificativas, licitações, mandados, nomeações, ofícios, petições, processos,

procurações, recibos, recursos, requerimentos, sentenças, testamentos. Após análise da respectiva estrutura, cada texto deverá receber sua classificação.

Os conceitos da Onomástica são importantes para o trabalho a ser empreendido, em função da quantidade de nomes próprios constantes dos documentos a serem editados, que se traduzem como pistas da realidade social do século XIX. Um conceito interessante é trazido por Seabra (2006), que diferencia entre os signos linguísticos comuns e os próprios. Segundo a autora,

no universo da língua, o nome, o referente e o sentido encontram-se associados na forma e no conteúdo. Já, na onomástica, essa associação, tanto no caso dos nomes próprios, quanto no caso dos nomes de lugares pode não passar pelo sentido, constituindo uma relação direta nome-referente. Acreditamos que, quando conseguimos recuperar, no campo da onomástica, o significado dos nomes, contribuímos para dar uma maior visibilidade à leitura sociocultural de uma região, uma vez que, nesse campo, trabalha-se com um léxico que conserva antigos estágios denominativos (Seabra, 2006, p. 1953).

A citação que Seabra (2006) faz de Dick (2000) é importante para esclarecer como a onomástica contribui para a pesquisa do contexto histórico:

Transmitido de geração a geração, o nome ou o apelido de família carrega em si todas as marcas da descendência gentílica, não sendo por isso de livre escolha dos cidadãos. A imposição obrigatória do que se convencionou chamar, atualmente, de sobrenome, é o seu traço distintivo, em oposição ao prenome, fruto de um ato volitivo dos pais. [...]

Desse momento em diante, representado pela doação do nome, a criança será levada a familiarizar-se mais intensamente com essa expressão sonora identificada como o seu *repraesentamen* simbólico. Do mesmo modo, esse apelativo será a forma linguística mais constantemente repetida, em todas as situações em que venha a ser o foco da atenção. O nome doado e conhecido coloca o receptor no centro de convergências positivas e negativas, ou de vetores de forças que definirão personalidades e comportamentos, condutas e estilos de vida, tornando nome e indivíduo uma só entidade (Dick, 2000, *apud* Frai, 2006).

Por se tratar de documentos oficiais, cujos antropônimos estão vinculados a cargos públicos, a pesquisa onomástica pode, levando-se em conta que sobrenomes não são de livre escolha dos cidadãos, mas transmitidos pelos ascendentes familiares, resultar na percepção de famílias que se dedicam seja à política, seja à carreira de docente, ou ainda na de possíveis casos de nepotismo.

Em 2007, o pesquisador Willy Van Langendonck (2007, p. 306), aprofundando-se na Onomástica, propõe uma nova área de estudos lexicológicos, a Sócio-Onomástica, por considerar que os nomes próprios são estabelecidos socialmente, têm

por base fatores sociais; e, desta forma, sofrem também mudanças linguísticas e variações geográficas. As gerações futuras não teriam como se apoderar desse tipo de informações se não fossem as iniciativas em pesquisa sócio-histórico-onomástica. Voltando a Seabra (2006), o objeto de pesquisa, aqui, é a ligação significante-referente do nome.

Em complemento à Sócio-Onomástica, vem a perspectiva sociológica do texto (MCKENZIE, 2018 [1986]), a busca pelos sujeitos envolvidos nos documentos e sua função social. Conceito anterior à Sócio-Onomástica, a Sociologia dos textos, de McKenzie, desafia o leitor, acostumado a acreditar no significado dos textos como unívoco, a uma percepção inusitada:

[...] o “texto” é em algum nível independente dos documentos que, em qualquer momento particular, dão-lhe forma. Deve-se reconhecer igualmente que nenhum texto de alguma complexidade permite um significado definitivo. A unidade ostensiva de qualquer texto “contido” – seja ele em forma de manuscrito, livro, mapa, filme ou arquivo de computador – é uma ilusão. Enquanto linguagem, suas formas e significado deviram de outros textos; e quando escutamos, vemos ou lemos, o reescrevemos ao mesmo tempo.

[...]

Esse reconhecimento nos faz fechar o círculo. Quaisquer que sejam suas metamorfoses, as diferentes formas físicas de qualquer texto, e as intenções às quais eles servem, são relativas a tempo, lugar e pessoa específicos (McKenzie, 2018 [1986], p. 83-84).

Há, portanto, que se estabelecer a dimensão histórica e social dos textos, evidenciando-se o caráter humano e histórico da produção textual, a partir da busca da história social de cada documento editado: explicitar tempo e espaço em que se deu a produção, identificar os *scriptores* e seu propósito histórico-social, buscar informações complementares que descortinem aspectos não revelados formal e explicitamente. Sem essa visão multidisciplinar, diminui-se o alcance do trabalho realizado.

Nos textos a serem editados, serão relacionados os topônimos e antropônimos para a consequente pesquisa histórica. Pretende-se empreender uma pesquisa concorrente aos cargos dos atores desses documentos – tanto os *scriptores* quanto as autoridades e demais indivíduos que desempenhem algum papel social – para estabelecer sua significação no processo da instrução pública da Bahia do séc. XIX, bem como a dinâmica institucional que se pode depreender desses dados. Quanto aos topônimos, entrevê-se que havia locais privilegiados, no estado, em detrimento de outros, para onde a ausência de concursos docentes indicava a inexistência de instrução pública.

Esperam-se, portanto, dessa pesquisa, diversos resultados, como a edição semidiplomática de dezenas de documentos históricos; um glossário que, decifrando as transformações sofridas pela linguagem desde então, traduza

as mudanças linguísticas e possibilite a descoberta de novos caminhos para uma melhor adequação da vida social ao longo do tempo; por fim, revelações histórico-sociais que possibilitem, a professores baianos, o descortinar da realidade educacional em que a Bahia vem forjando sua história e, a estudiosos de diversas áreas, mais elementos para novas pesquisas. Com isso, estaremos fazendo da Filologia um meio para a melhoria da Educação na Bahia.

REFERÊNCIAS

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivo: estudos e reflexões*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2005.

COSERIU, Eugenio. *Principios de semántica estructural*. Madrid: Gredos, [1977] 1981.

COSERIU, Eugenio. *Sincronia, diacronia e história: o problema da mudança linguística*. Tradução de Carlos Alberto da Fonseca e Mário Ferreira. Rio de Janeiro: Presença: EDUSP, 1979.

CUNHA, Cristina da Silva. *Edição semidiplomática e estudos lexicais dos Termos de Exames da instrução pública da Bahia: livro manuscrito do século XIX*. Orientadora: Célia Marques Telles. 2021. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/35981>. Acesso em: 6 maio 2023.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. A Investigação linguística na Onomástica brasileira. In: GÄRTNER, Eberhard; HUNDT, Christine; SCHÖNBERGER, Axel. *Estudos de gramática portuguesa (III)*, Frankfurt am Main: TFM, 2000. Biblioteca luso-brasileira, v. 14, p. 217-239.

FRAI, Patrícia Helena. Sócio-onomástica: uma nova abordagem metodológica. *Entreletras*, Araguaína, v.7, n. 1, jan./jun. 2016. LANGENDONCK, Willy Van. *Theory and Typology of Proper Names*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2007.

LOSE, Alícia Duhá. Edições de documentos históricos: a quem interessam? a quem se destinam? *Revista da Abralin*, v. 16, n. 2, p. 71-86, jan./abr. 2017.

MASSINI-CAGLIARI, Gladis. O que é fazer pesquisa em Linguística Histórica? In: GONÇALVES, Adair Vieira; GÓIS, Marcos Lúcio de Sousa (org.). *Ciências da linguagem: o fazer científico?* Campinas: Mercado de Letras, 2012. v. 1, p. 267-291.

MCKENZIE, Donald Francis. *Bibliografia e a sociologia dos textos*. Tradução de Fernanda Veríssimo. São Paulo: Edusp, 2018 [1986].

ORSI, Vivian. Lexicologia: o que há por trás do estudo das palavras? In: GONÇALVES, Adair Vieira; GÓIS, Marcos Lúcio de Sousa (org.). *Ciências da Linguagem: o fazer científico?* Campinas: Mercado das Letras, 2012. v. 1. p. 163-177.

POTTIER, Bernard. *Presentación de la lingüística: fundamentos de una teoría*. Traducción de Antonio Quilis. 2. ed. Madrid: Ediciones Alcalá. 1972.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. Referência e onomástica. In: SIMPÓSIO NACIONAL, 11 (XI SILEL); SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE LETRAS E LINGÜÍSTICA, 1. *Anais [...]*. Uberlândia: ILEEL, 2006. p. 1953-1960. Tema: Múltiplas perspectivas em linguística.

TELLES, Célia M.; LOSE, Alícia D. Qual edição e o que editar. *A cor das letras*. Feira de Santana, v.18, n. 2, p. 271-293, maio-agosto 2017.

ZAVAGLIA, Claudia. Metodologia em ciências da linguagem: lexicografia. In: GONÇALVES, Adair Vieira; GÓIS, Marcos Lúcio de (org.). *Ciências da Linguagem: o fazer científico?* Campinas-SP: Mercado das Letras, 2012. v. 1. p. 231-264.